



Revista de História

ISSN: 0034-8309

revistahistoria@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Ferreira Leite, Rosângela

A política Joanina para a ocupação dos sertões (Guarapuava, 1808-1821)

Revista de História, núm. 159, diciembre, 2008, pp. 167-187

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022053007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



A POLÍTICA JOANINA PARA A OCUPAÇÃO DOS SERTÕES (GUARAPUAVA, 1808-1821)¹

Rosângela Ferreira Leite

Doutora em História Econômica-FFLCH/USP

Resumo

A colonização dos sertões de Guarapuava foi lenta e marcada pelo avanço mercantil da pecuária, produção ervateira e pelo desmantelamento da organização indígena original. O desenvolvimento das atividades de criação e comércio de animais articulado à produção de erva-mate criou rotas de mão dupla, que abasteciam o centro sul do Brasil e expandiam-se rumo às Repúblicas do Prata. Na condição de ponta de lança para novas ocupações e de espaço articulado aos mercados internos e com países vizinhos, Guarapuava tornou-se lugar de intensos conflitos entre adventícios e indígenas, e de alocação de remanescentes dos aldeamentos, de migrantes e imigrantes europeus. O objetivo deste trabalho é mostrar como e porque se deu esta ocupação nesta última fronteira, no período entre 1808 e 1821.

Palavras-chaves

populações indígenas • São Paulo • Paraná • Guarapuava • colonização.

Abstract

The colonization of Guarapuava hinterland was a slow movement and it was based mainly on cattle raising and *Erva-mate* (Yerba maté) production. The development of animals creation and commerce activities linked to the *Erva-mate* production, transformed Guarapuava in a commercial connection between Brazil's *Centro-Sul* region and Prata Republics. Thus I argue that Guarapuava became a place of conflict that opposed new-arrivals – migrants and european immigrants – to hinterland original inhabitants: the Indians. The purpose of this paper is to demonstrate how and why making the occupation in the latter brazilian south frontier, between 1808 and 1821.

Keywords

Indians population • São Paulo • Paraná • Guarapuava • colonization.

¹ Este artigo, com algumas alterações, é parte do primeiro capítulo de minha tese de doutorado. Cf. LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos Limites da Colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.



Em finais do século XVIII e princípio do XIX, movimentos revolucionários promoveram a demolição progressiva do Antigo Regime e a construção das novas instituições da Época Contemporânea. A independência americana e as revoluções Francesa e Industrial desencadearam rupturas fundamentais no cenário político europeu. Com a morte de Luiz XVI e a ampliação do poderio de Napoleão, Portugal aliou-se à Espanha e entrou na liga organizada pela Inglaterra contra a república francesa. A associação dos países peninsulares à Inglaterra durou até 1795, quando a Espanha assinou, em Basileia, tratado de paz com a França. Em meados do ano de 1807, após ocupação da Prússia, as animosidades entre França e Inglaterra se ampliaram e, diante da impossibilidade de os portos portugueses serem fechados aos britânicos, foi decretada a ocupação de Portugal pelo exército de Junot.²

Essa série de eventos nos permite compreender o ardiloso papel da diplomacia portuguesa no momento de ataque do exército francês, e favorece a percepção de que no cenário mundial França e Inglaterra protagonizavam os quadros da Era das Revoluções. Portugal, por seu turno, procurava manter o Império e governar o Estado com instrumentos de longa tradição e mediante condições operacionais totalmente novas.³

Desse misto fundamental entre emprego de procedimentos antigos da colonização portuguesa e uma situação política completamente nova foi que surgiram projetos e práticas políticas, nas partes do Brasil, que merecem ser analisados de maneira mais detida. Neste artigo, procura-se compreender a política empreendida a partir de 1808 para ocupação dos sertões da região de Guarapuava, indicando as especificidades desse processo e a articulação entre esse empreendimento e a conformação de novos procedimentos relativos à ocupação da terra e à organização das populações indígenas.

Vale ressaltar, que a marca dessa transformação de idéias e projetos não vinha, apenas, na bagagem da corte portuguesa. No próprio continente do Brasil, entre meados do século XVIII e princípio do XIX, eram abundantes as concepções políticas e os significados para a conformação da vida política sob atuação do domínio português em terras americanas. José Jobson de Andrade

² BRUUN, Geoffrey. *La Europa Del Siglo XIX*. México: FCE, 1988, p. 19.

³ JANCSÓ, István. Este Livro. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 24-25.





Arruda compreendeu este momento como de construção de um “novo padrão de colonização”.⁴

A partir de 1808, no entanto, entre as muitas questões impostas à administração Joanina, a ocupação dos sertões surgiu como tema e problema premente. Um dos primeiros pontos para onde se mandou expedição foi para os campos de Guarapuava.

A região de Guarapuava mereceu atenção, desde o século XVIII, dos administradores da capitania de São Paulo. Entre os anos de 1768 e 1774, foram feitas as primeiras tentativas de colonização dos vastos territórios entre os rios Ivaí e Uruguai. O propósito de colonização desses sertões ganhou novo fôlego a partir da chegada da família real ao Brasil. Com o príncipe regente, várias frentes de ocupação foram organizadas. Em direção ao Mato Grosso e ao sertão do rio Doce também seguiram expedições.

Assumir essas expedições como um conjunto de medidas pertencentes ao mesmo campo semântico ajuda a vislumbrar uma ordem política para acontecimentos que, a priori, podem parecer isolados. Nos limites deste texto, no entanto, pretende-se focalizar a expedição e formação do aldeamento de Guarapuava, com o intuito de detalhar as marcas daquela empresa e oferecer alguns indícios que possam contribuir para os debates sobre as características dos empreendimentos colonizadores do século XIX no Brasil.

Muito embora os marcos fundamentais sejam oferecidos pelo período Joanino (1808-1821), a dinâmica de conformação do espaço de colonização adquiriu lógica particular ao longo das contendas que resultaram na construção dos espaços do aldeamento e da vila de Guarapuava. Este texto extrapola, em vários trechos, seu recorte temporal, explicitando que a extensão da política do governo central adquiriu contornos próprios nos sertões para além do rio Ivaí.

Uma primeira explicação para o avanço da colonização sobre os sertões de Guarapuava, a partir de 1808, é a de que havia a necessidade de “construção de barreira diante do avanço dos espanhóis vizinhos”.⁵ Esse argumento, embora fundamental, merece ser analisado no cenário político que testemunhava o próprio impasse com relação à legitimidade do Poder Bourbon sobre suas pos-

⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 1998, vol. 3, p. 213-228.

⁵ Cf. PETRONE, Maria Tereza Schorer. *O Barão de Iguaçu: Um Empresário na Época da Independência*. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1976, p. 142.





sessões na América. No início do oitocentos, a Espanha, arrasada pela ocupação francesa, pela carestia de preços e pela miséria, possuía poucos instrumentos para resolver os problemas urgentes de sua política colonial. A ressonância desse delicado momento provocava, nos domínios americanos, crise de legitimidade do poder reinol.⁶

Em janeiro de 1809, lançou-se decreto por meio do qual os domínios da América hispânica deixaram de ser colônias para se transformar em partes integrantes da monarquia. Na América, surgia a consciência de que não se “podia continuar sendo uma colônia sem uma metrópole, ou uma monarquia sem um monarca”.⁷

Entre 1810 e 1815, abundaram alternativas de encaminhamento político para as diferentes regiões sul-americanas:⁸ no Paraguai, Corrientes e Entre Ríos – próximos aos sertões de Guarapuava –, foram criadas juntas para a formação de administrações independentes.⁹ As disputas nos territórios entre a Banda Oriental e Rio Grande de São Pedro, iniciadas em 1811, longe de representarem apenas um problema de definição de fronteira, marcaram o início de um movimento que, além das necessidades de se arrebanhar muares e se criar livre comércio na bacia do Prata, visavam garantir a afirmação do regime monárquico português, perante as variadas possibilidades políticas que despontavam.¹⁰

A conquista dos limites a sudoeste da capitania de São Paulo, além de fechamento da fronteira e abertura de novas rotas de animais, no contexto de



⁶“Em março de 1808, uma revolução palaciana forçou Carlos IV a exonerar Godoy e abdicar em favor do filho, Fernando. Os franceses então ocuparam Madri e Napoleão induziu Carlos e Fernando VII a viajar para Bayonne para encetarem negociações. Lá, em 5 de maio de 1808, forçou ambos a abdicar e no mês seguinte proclamou José Bonaparte rei da Espanha e das Índias.” John Lynch. *As Origens da Independência da América Espanhola*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001. Vol. III, p. 71-72.

⁷LYNCH, John. *As Origens da Independência da América Espanhola*. Op. cit., p. 72.

⁸HALPERIN DONGHI, Túlio. *Historia Argentina. De la Revolución de la Independencia a la Confederación Rosista*. 3^a Ed. Buenos Aires: Paidós, 2000, p. 65.

⁹No Paraguai, os movimentos separatistas iniciaram-se em 1810 e em Corrientes e Entre Ríos, em 1814. Veja-se CASTELO, Antonio Emilio. *História de Corrientes*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996. p. 157-158.

¹⁰Segundo João Paulo G. Pimenta: “O jogo político no Prata, inserido no conjunto de novidades enfrentadas pelo império espanhol desde 1808, tornou-se mais complexo com a emergência da alternativa, também em articulação com interesses político-econômicos da Inglaterra, centrada na figura de Carlota Joaquina, esposa do Príncipe Regente português D. João e irmã de D. Fernando. De acordo com este projeto, a princesa do Brasil seria coroada rainha da Espanha, visando à manutenção da integridade mundial da monarquia bourboniana”. PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 77.





transferência da Corte Bragantina para o Rio de Janeiro, significou procedimento de sedimentação das bases políticas para implantação da sede do Império português na América, em meio à crise do antigo sistema colonial.¹¹

A dinamização do comércio de tropas para abastecimento interno, a investigação de novas regiões e suas possíveis fontes de riquezas e a ocupação dos territórios fronteiriços com as possessões espanholas formaram, portanto, medidas basilares da administração joanina em solos do continente americano. O domínio de novas áreas e o controle das populações indígenas eram, nesse cenário, pilares centrais de um aparelhamento do Estado português que se reestruturava ensejado pela recuperação de procedimentos de colonização bastante antigos.

O novo cenário da guerra justa

As populações indígenas – que resistiram à ocupação dos adventícios – representaram óbices, desde as primeiras investidas no século XVIII, à colonização dos sertões de Guarapuava.¹² Ainda em 1808, D. João determinou que se organizasse expedição para imediata ocupação daqueles campos. Em documento expedido em 5 de novembro e enviado ao capitão general da capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, decretava-se guerra justa contra os índios,¹³ nos seguintes termos:

Desde o momento que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros índios: que deveis

¹¹ Cf. COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996, p. 85. Fundamental à discussão sobre a crise do antigo sistema colonial é a obra de Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 7^a Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

¹² SAMPAIO, Afonso Botelho. Descoberta dos Campos de Guarapuava. In: SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Documentação Sobre os Povos Indígenas. Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. *Op. cit.* Sobre as resistências das populações indígenas nos campos de Guarapuava no século XVIII, consulte-se: BELLUZO, Ana Maria de Moraes, AMOROSO, Marta Rosa, SEVCENKO, Nicolau & PICCOLI, Valéria. *Do Contato ao Confronto: A Conquista de Guarapuava no Século XVIII*. São Paulo: BNP-Paribas, 2003.

¹³ João Adolfo Hansen, analisando o sentido da guerra justa nos primeiros séculos de colonização do Brasil, afirmou que eram pressupostos básicos para se declarar guerra justa: uma “causa justa”, uma “autoridade legítima” de quem a decreta e uma “maneira reta” de fazê-la. Esses princípios, segundo o autor, reafirmariam a própria autoridade do rei, única figura capaz de declará-la. HANSEN, João Adolfo. A Servidão Natural do Selvagem e a Guerra Justa Contra o Bárbaro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998, p. 355.



em corpos daqueles milicianos de Curitiba e do resto da Capitania de São Paulo que voluntariamente quiserem armar-se contra eles, e com a menor despesa possível da minha real fazenda, perseguir os mesmos índios infestadores do meu território [...].¹⁴

O tom aguerrido da carta de novembro foi substituído, em abril de 1809, por discurso mais moderado. Segundo o príncipe regente, os “acertados e bem fundados votos dos coronéis João da Costa Ferreira e Joseph de Arouche Toledo Rendon” contribuíram para a solução adotada na ocupação dos campos de Guarapuava.¹⁵ O Plano de Rendon¹⁶ para colonização dos indígenas – feito em 1798 a pedido do governador da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça – propunha iniciativas que promovessem a “civilização dos índios”. Segundo Rendon, os nativos que não permaneciam em aldeias “vivem mais felizes, têm mais bens, muitos servem nos corpos milicianos e tropas pagas, muitos querem ser brancos, e alguns já são havidos por tais”. O autor concluiu seu *Plano*, afirmando que “tudo isto prova que o único remédio para felicitar esta gente é não largar mão dela, e pô-la no estado dos demais vassalos, a fim de que se misturem com os brancos, e se façam úteis ao Estado”.¹⁷



Em 1809, o príncipe regente enviou a Franca e Horta nova carta régia que tratava da conquista de Guarapuava. Nesse segundo documento, determinava-se que as proposições de Rendon fossem tomadas como base para a atuação da expedição de conquista. Segundo o príncipe,



[...] não é conforme meus princípios religiosos, e políticos o querer esta-

¹⁴ *Carta Régia sobre os Índios Botocudos, Cultura e Povoação dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava.* 05/11/1808. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 62-64.

¹⁵ *Carta Régia Aprovando Plano para Povoar os Campos de Guarapuava e Civilizar os Índios Bárbaros que Infestam Aquele Território.* 01/04/1809. In: Manuela Carneiro da Cunha. *Legislação Indigenista no Século XIX*. Op. cit., p. 69-72.

¹⁶ Sobre o Plano de Rendon para a civilização dos índios, consulte-se MOTA, Lúcio Tadeu. *As Colônias Indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro, 2000, p. 1-2; e MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “Decadência” e o “Florescimento”: a Capitania de São Paulo na Interpretação de Memorialistas e Autoridades Públicas (1782/1822)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/História/USP, 2005, p. 119-133.

¹⁷ RENDON, José Arouche de Toledo. *Plano que se Propõem o Melhoramento da Sorte dos Índios, Reduzindo-se a Freguesias as sua Aldeias, e Extingundo-se Este Nome, e Esta Antiga Separação em que Tem Vivido a Mais de Dois Séculos*. Documentos Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo (DIHCSP). São Paulo: Editora da Unesp, 1990, p. 91-110. 1802.





belecer a minha autoridade nos campos de Guarapuava [...] por meio de mortandades e crueldades contra os índios, extirpando suas raças, que antes desejo adiantar, por meio da religião e civilização, até para não ficarem desertos tão dilatados e imensos sertões e que desejo usar a força com aqueles que ofenderem os meus vassalos.¹⁸

A possibilidade de utilização dos índios como contingente humano para se povoar os “dilatados sertões” apareceu como estratégia alternativa nessa segunda correspondência. No entanto, a tolerância a esses povos, segundo a ordem régia, não deveria redundar em ausência de guerra contra aqueles que se mostrassem ofensivos aos vassalos da Coroa portuguesa. À guerra justa somou-se uma política de extensa utilização das populações indígenas para a construção daquele posto militar.

Beatriz Perrone Moisés, preocupada em discutir a legislação indigenista do período colonial, assinalou que a percepção que acentua o caráter basicamente contraditório desse conjunto de leis desconsidera o exame detalhado dos casos, em que “liberdade” ou “escravização” dos indígenas variou de acordo com o contato dos colonizadores com diferentes grupos nativos. Ainda segundo a autora, as políticas de guerra e aproximação foram complementares e não “tortuosa e crivada de contradições”.¹⁹

Dora Shellard Corrêa apontou que nas cartas régias de 1808 e 1809 estava patente o interesse do próprio Estado em reservar parte da mão-de-obra aprisionada por meio da guerra de conquista. Para Shellard Corrêa, o caráter aparentemente tateante das disposições régias pode ser compreendido como abertura de possibilidade do massacre ao lado da “apropriação privada da terra e de utilização da mão-de-obra indígena”.²⁰

¹⁸ *Carta Régia Aprovando Plano...* Op. cit.

¹⁹ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos. Os Princípios da Legislação Indigenista no Período Colonial (Séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo, 2002, p. 117. Nesse mesmo sentido se encaminham as proposições de Pedro Puntoni. Segundo o autor: “Afirmar que havia uma preocupação em engajar os indígenas numa empreitada colonizadora – como povos aliados e integrados – não significa, mesmo entre os holandeses, dizer que os indígenas foram poupadados da escravização e do genocídio”. PUNTOMI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 58.

²⁰ CORREA, Dora Shellard. *Paisagens Sobrepostas. Índios, Posseiros e Fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/História/USP, 1997, p. 158-159.



Aniquilamento e aliciamento foram estratégias do processo de ocupação. Entre 1810 e 1812, a recém-instalada expedição reconheceu o território, estabeleceu contato com determinados grupos nativos e lançou fogo sobre outros. A partir de 1812, formou-se o aldeamento de Atalaia, para organização e catequese de tribos que habitavam a região.²¹

Expedição e conquista

Desde novembro de 1808, organizava-se em Curitiba e São Paulo a tropa para a expedição.²² Os fundos para a formação da armada foram recolhidos por diversas vias e a criação de cobrança de um novo tributo de 200 réis sobre “todas as cabeças de gado vacum e cavalar que passassem pelo registro de Sorocaba” representou principal fonte de recurso para a empresa colonizadora.²³

Ao mesmo tempo em que se buscava garantir o financiamento para a empreitada, em todas as partes da capitania iniciavam-se recrutamentos de populações para integrar a tropa que partiria rumo aos sertões a sudoeste. Por meio desses alistamentos, carrearam-se para Curitiba levas de indivíduos pobres de toda sorte. Armas e víveres completaram os instrumentos básicos para partida da expedição.²⁴

Nos primeiros dias do mês de agosto de 1809, partiu de Curitiba a Real Expedição para Colonização dos Campos de Guarapuava. A tropa, composta em sua maioria de voluntários, seguiu rumo aos sertões localizados a sudoeste de São Paulo.²⁵

²¹ LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o Descobrimento e Colônia de Guarapuava* (1827). In: SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Documentação sobre os Povos Indígenas – Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, p. 59.

²² Cf. FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 149.

²³ Em carta régia datada de 01/04/1809, D. João aprovou plano para povoar os campos de Guarapuava e ordenou que “pelo espaço de 10 anos se cobre no registro de Sorocaba um novo tributo de 200 réis nos primeiros cinco anos sobre todas as cabeças de gado vacum e cavalar que passar pelo mesmo registro, vindo do distrito de Itapetinga inclusive para o sul, e findos os primeiros cinco anos, de 100 réis, que continuará assim só por metade nos últimos cinco anos, a qual será aplicada pura e simplesmente à nova expedição que tenho ordenado”. Carta Régia. *Plano para Povoar os Campos de Guarapuava e Civilizar os Índios Bárbaros que infestam Aquele Território*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no Século XIX*. Op. cit. Sobre a cobrança do tributo para colonização de Guarapuava, consulte-se, ainda, O Imposto de Guarapuava. In: PETRONE, Maria Tereza Schorer. *O Barão de Iguaçu*. Op. cit., p. 141-150.

²⁴ LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o Descobrimento...* Op. cit., p. 61.

²⁵ A região de Guarapuava pertencia ao Terceiro Planalto da Quinta Comarca de São Paulo, depois





Ameaçados por doenças, pelas baixas temperaturas e com poucos recursos, os membros da armada seguiram sob comando de Diogo Pinto Azevedo Portugal.²⁶

Em setembro de 1809, o grupo de Diogo Pinto firmou abarracamento ao pé da Serra da Esperança. Chamou-se São Felipe o primitivo alojamento composto de choupanas, ralas plantações e alguns animais. A partir dele, formaram-se expedições para exploração e reconhecimento dos planaltos de serra acima. Realizada por etapas, respeitando as dificuldades apresentadas pelo clima, terreno e buscando gradual aproximação dos índios,²⁷ a expedição instalou-se definitivamente nos campos do Terceiro Planalto, em 10 de julho de 1810.²⁸

Não houve possibilidade imediata de os adventícios se aproximarem dos índios. O contato precavido, o conhecimento dos diferentes grupos e o fortalecimento da expedição foram táticas utilizadas nos primeiros anos de instalação do destacamento. Os indígenas, por seu turno, também se resguardaram na floresta, nesse primeiro período em que brancos tomavam posse dos campos.

A formação do aldeamento de Atalaia foi possível a partir do momento em que se intensificaram os contatos e também as guerras entre paulistas e nativos. Durante os dois primeiros anos de assentamento da tropa colonizadora,²⁹ os indígenas fizeram algumas visitas, trocaram mercadorias e promoveram tímidos conflitos.³⁰

Esperando resultados rápidos da expedição, as autoridades centrais desapontaram-se com a notícia de que os colonizadores, apenas muito lentamente, tomavam posse dos campos e se aproximavam dos índios. O príncipe regente, insatisfeito com os resultados da missão, ameaçou, em 1812, cortar os fundos para sua manutenção. José Arouche de Toledo Rendon, procurando contornar a situação, propôs ao príncipe que nomeasse um “novo comandante”, caso se

de 1853 Província do Paraná, o Segundo é de Castro, e o Primeiro, o de Curitiba. Cf. MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3ª Ed. Curitiba: Editora Guayra, s.d. p. 15.

²⁶ Filho de Manoel Azevedo Pinto e Josefa Luiza de Jesus, Diogo Pinto nasceu em São Bartolomeu dos Barqueiros, Província da Beira - Portugal, no ano de 1750. Chegou a Guarapuava em 17 de junho de 1810 e retirou-se em 1816. Faleceu em Castro em 1820, aos 70 anos de idade. FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Op. cit., p. 9-33.

²⁷ Antes de atingir os campos, a expedição se instalou, ainda, em região no início do topo da Serra da Esperança. Este alojamento foi chamado de São Miguel. FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Op. cit., p. 79.

²⁸ Idem. Ibidem.

²⁹ LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o Descobrimento... Op. cit., p. 61.

³⁰ Idem. p. 59.





verificasse que Diogo Pinto não cumpria com seus deveres. Para Rendon, a colonização de Guarapuava era empresa de suma importância.³¹ Francisco das Chagas Lima, pároco da armada, diante das ameaças de extinção do destacamento, iniciou o trabalho de catequese. Em 1812, foi batizado elevado número de nativos.³²

O momento inicial da catequese foi o de maior número de batismos. Mantendo um percentual estável durante o período em que Francisco das Chagas Lima permaneceu na redução, a cifra de batizados só voltou a crescer de maneira abrupta em 1827, época em que o pároco deixou a região.³³

Além de testemunharem um momento de aproximação de nativos a colonizadores, os registros de batismo podem indicar o papel da catequese como instrumento de contato.³⁴ No entanto, as águas desse sacramento não funcionaram como único caminho de aproximação. Entre as estratégias para organização do aldeamento, foi de grande importância a aliança estabelecida entre a missão colonizadora e o cacique Pahy, que se aproximou do “abarracamento” no período entre 1810 e 1812.³⁵ No início de 1812, Atalaia abrigou o primeiro grupo de aldeados, o que coincidiu com o período de elevação do número de batismos.



A guerra entre as tribos foi decisiva para a ocupação, por parte do grupo de Pahy, dos terrenos de Atalaia. A permanência nessa área representava condição privilegiada para os índios que habitavam a região. Considerado lugar sagrado e estratégico geograficamente, os indígenas da região disputavam-no por meio de batalhas que representavam disputas pela própria supremacia das tribos.



O relato de Francisco das Chagas Lima caracterizou como amistosa a aproximação do grupo de Pahy aos colonizadores. Os registros de batismo revelam, no entanto, situação oposta. Entre 1812 e 1813, registrou-se elevado número de índios feridos ou doentes, indicando situação de conflito.³⁶

³¹ RENDON, José Arouche de Toledo. *Guarapuava (1812)*. DIHCSP. Diversos 1766-1816. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1904. Vol. 15, p. 83-89.

³² Veja-se a este respeito, TAKATUZI, Tatiana. *Águas Batismais e Santos Óleos. Uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH, 2005.

³³ O sucessor de Francisco das Chagas Lima na paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava foi Francisco da Paula Prestes, que não permaneceu no cargo e o passou para Ponciano José de Araújo. *Livro de Batismo de Pessoas Livres da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava*. Guarapuava: APNSBG. Livro I, 1812-1855.

³⁴ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 162.

³⁵ LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o Descobrimento... Op. cit., p. 60-62.

³⁶ *Livro de Batismo de Pessoas Livres da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava*.



A narrativa sobre a conversão de Pahy e de sua atuação na conquista dos índios, em parte, pode ser interpretada como homilia construída por Francisco das Chagas Lima para se promover a idéia de aliança entre índios e colonizadores.³⁷ Segundo o padre,

Pahy veio para a aldeia na idade de 25 anos, sendo um dos primeiros, era pessoa de virtudes morais, zelador da conversão, movia os outros a seus deveres, e por isso é que, apesar das contrariedades, prosperou a catequese; dava parte dos desvarios dos outros para se providenciar a sua correção, e admoestava – com suas exortações.³⁸

Os colonizadores construíram narrativa épica sobre a aproximação dos índios aos brancos. Uma parcela da historiografia tem incorporado esse discurso, acentuando o papel do índio colaborador que ascendeu à civilização e promoveu acordo entre adventícios e silvícolas.³⁹ Nada parece mais enganoso do que essa interpretação. Nos campos do Terceiro Planalto, por quase um século, os conflitos entre diferentes populações indígenas, donos de fazendas, de estâncias pecuaristas e grupos organizados por chefes locais foram freqüentes, e mesmo as aproximações e alianças, como se verá mais adiante, estiveram pautadas por acordos mais complexos do que a mera conversão.

As tribos próximas ao abarracamento foram classificadas por Francisco das Chagas Lima como Camés, Votorons e Dorins;⁴⁰ os dois primeiros grupos passaram a viver na redução, ao passo que o último permaneceu fora da tutela.

Guarapuava: APNSBG. Livro I, 1855.

³⁷ Vale lembrar que esse relato foi escrito em 1827, ano em que Francisco das Chagas Lima deixou a paróquia de Guarapuava e as administrações local e central lançavam esforços para dissolver o aldeamento. Francisco da Chagas reafirmou a necessidade de aldeamentos na região e avaliou que, no entanto, se deveria “ter mais cautela” e que não se “coloquem índios de grupos diferenciados para se viver juntos”. O padre ressaltou, ainda, que muito “há por se fazer, em termos de missão religiosa, com os índios na freguesia de Guarapuava”. Francisco das Chagas Lima. Memória sobre o Descobrimento... Op. cit., p. 77.

³⁸ Idem, p. 71.

³⁹ Ver MARTINS, Sebastião Meira. *Guarapuava, Nossa Gente e Suas Origens*. Guarapuava: Secretaria Municipal de Cultura, s.d. TEIXEIRA, Murilo Walter. *Continente Guarapuavano*. Guarapuava: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, 2000.

⁴⁰ Estas são denominações genéricas empregadas pelo pároco para diferentes grupos Kaingang. As populações Kaingang pertencem ao tronco lingüístico macro Jê, com várias subdivisões tanto lingüísticas como grupais. Para o Brasil meridional, destacam-se como os dois prováveis maiores grupos os Kaingang e os Xockleng. BECKER, Ítala Irene Basile. *O Índio Kaingang do Paraná*. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 47.



Os Dorins,⁴¹ inúmeras vezes, promoveram guerras contra os aldeados. Camés e Votorons também provocaram confrontos com os Dorins. Motivos próprios às disputas entre os diferentes grupos indígenas⁴² faziam que eles se aproximassesem, se afastassem, gerassem guerras e estabelecessem alianças por meio das quais eram incorporados ao aldeamento.⁴³ Os colonizadores, de acordo com seus próprios interesses, beneficiaram-se com esses conflitos. Dessa forma, entre 1812 e 1825 ocorreu verdadeira ciranda de índios.

O principal grupo que permaneceu no aldeamento entre 1812 e 1818, segundo Francisco das Chagas Lima, foi de Votorons. Ainda que aldeados, esses índios saíam para combater e caçar⁴⁴ e foram classificados pelo padre como “o grupo que mais guerreava”.⁴⁵ O afastamento temporário dos nativos era atitude aceita, senão bem-vista, pelos colonizadores. Nessas saídas, os aldeados angariavam recursos para o próprio sustento, traziam informações sobre os índios resistentes e combatiam-nos. Não é por acaso que o grupo “mais guerreiro” manteve-se, nos primeiros anos, como o mais protegido pelos colonizadores.

Os aldeados, mesmo em contato com a catequese, mantinham seus costumes e crenças. O aldeamento era espaço de submissão aos preceitos cristãos e, ao mesmo tempo, de resistência. Assim, continuaram constantes as “desordens



⁴¹ Os Dorins foram assim chamados porque viviam nas margens do rio Dorim. Provavelmente eram Cayeres. Neste texto, assume-se a nomenclatura utilizada pelos colonizadores.

⁴² Vale lembrar que guerra e religião não representam imperativos separados na cultura indígena. “Para eles a religião, própria ou alheia, estava subordinada a fins guerreiros.” Nesta pesquisa, quando se assinala que as tribos da região, no momento da conquista, viviam trama de guerra, não se pretende afirmar, com isso, que houvesse um desajuste ou crise entre elas, apenas comprehende-se este jogo de disputas, próprio dos grupos indígenas instalados nesta região, como interstício por meio do qual se infiltrou a ação colonizadora. Ver CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 212.

⁴³ O aldeamento foi, dessa forma, palco de múltiplas disputas. Marta Rosa Amoroso assinalou que a “análise da documentação histórica e etnológica sobre os Kaingang se beneficia de uma abordagem multilocal, que se aprenda a dinâmica que se instaura no território indígena alcançado pelas instalações do governo central sem perder de vista o sentido que as políticas indígenas conferem a tais equipamentos. Evita-se com tal procedimento tratar a sede administrativa, local do poder tutelar, como cenário exclusivo de relações que, de fato, se derram em múltiplos centros: as aldeias dos índios ligados à missão [...], os núcleos de índios agregados da missão, que estabeleciam relação de escambo com o aldeamento; e, por fim, os índios do sertão, que participavam desta rede de relações freqüentando esporadicamente os núcleos de catequese por ocasião das festas, dos rituais e dos jogos”. AMOROSO, Marta Rosa. Guerra e Mercadorias: Os Kaingang nas Cenas da “Conquista de Guarapuava”. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes, AMOROSO, Marta Rosa, SEVCENKO, Nicolau & PICCOLI, Valéria. *Do Contato ao Confronto...* Op. cit., p. 34.

⁴⁴ LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o Descobrimento...* Op. cit., p. 61.

⁴⁵ Idem. p. 64.





que alguns índios travavam com outros, com o qual também se envolvia gente do destacamento".⁴⁶

O emprego dessa população em lavouras, pequenas roças e atividades domésticas foi freqüente. Em 1816, o príncipe regente determinou que os índios fossem conservados trabalhando em terras a eles concedidas. Esses terrenos localizavam-se entre os rios Coutinho e Lageado Grande, e à proporção que os aldeados manejavam-nos, aumentava o trânsito de proprietários de animais que também nelas alojavam gados vacuns e cavaleiros que deveriam ser criados pelos nativos. A "sesmaria dos índios", como foi chamado o terreno de Lageado Grande,⁴⁷ deveria funcionar como laboratório para aprendizado dos trabalhos de lavoura e criação de animais.

Quatro anos após a fundação do aldeamento, os aldeados circulavam entre os espaços da moradia (Atalaia), da roça e do campo de criação. O sistema de organização da redução não visava ao aprisionamento dos nativos, ao contrário, as instruções, a catequização e as punições tinham como função prepará-los para o trabalho, seguindo recomendações do governo central.⁴⁸



A rotina de trabalho ia ao encontro da catequese na perspectiva civilizatória dos colonizadores. Um misto de missas, procissões, batismos, castigos e trabalho compunha o cotidiano dos aldeados. Alguns nativos permaneciam no espaço do aldeamento, outros, afastados da tutela do pároco, viviam próximos aos adventícios, em suas próprias roças ou em propriedades particulares.



As arbitrariedades dos colonizadores não eram praticadas sem encontrar resistência. Assim, o fortalecimento da tutela sobre aldeados, ao mesmo tempo em que criava um grupo colaborador, ampliava os confrontos dentro e fora do

⁴⁶ Idem. Ibidem.

⁴⁷ PEREIRA, D. Mateus de Abreu. *Carta de Sesmaria pela qual V. Exa. S. A. R. Concede os Terrenos Compreendidos entre os Rios Coutinho e Lageado Grande nos Campos de Guarapuava*. (cópia). Guarapuava: ACMG, coleção SC, 1816.

⁴⁸ Manuela Carneiro da Cunha assinalou: "Numa retórica característica do início do século XIX, vem expressa em termos pedagógicos: escravidão temporária dos índios, dobrando-os a agricultura a aos ofícios mecânicos, deveria fazer-lhes perder sua atrocidade e sujeitando-os ao trabalho". Miriam Dolnikoff, analisando o pensamento político de José Bonifácio de Andrada e Silva, considerou: "Para além do aspecto civilizatório, a integração do indígena era para Bonifácio o caminho natural para criação de mercado interno que tornasse prescindível o uso da mão-de-obra africana". CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. Op. cit., p. 23. DOLNIKOFF, Miriam. *Construindo o Brasil: Unidade Nacional e Pacto Federativo nos Projetos das Elites (1820-1842)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/História/USP, 2000, p. 34. Perceba-se que, sob o foco da escravidão temporária, ou da integração, o aspecto central do debate, nesse período, recaía sobre o problema da formação de mão-de-obra livre.





aldeamento. Nesse cenário de tutela e conflito, em 1818, os índios Camés e Votorons (aldeados) promoveram guerra contra os Dorins (afastados); combate em que morreu Antônio José Pahy.

Francisco das Chagas Lima encontrava-se em São Paulo na ocasião dessa batalha.⁴⁹ O comandante que servia à expedição, Diogo Pinto Azevedo Portugal, também se dirigiu a São Paulo. O falecimento de Pahy gerou problemas ao encaminhamento dos trabalhos de colonização. Em um clima de constante tensão, a sobrevivência do próprio destacamento, nesse momento, encontrava-se ameaçada.

Francisco de Assis Mascarenhas, capitão general da capitania de São Paulo, apresentou como solução aos conflitos de Guarapuava a separação entre aldeamento e povoado. Em 1819, foi fundada a freguesia de Guarapuava,⁵⁰ distante uma légua do aldeamento.⁵¹ O pároco foi o principal defensor dessa separação. Alegava Francisco das Chagas Lima que os vícios dos soldados contaminavam os índios em processo de conversão.⁵² Mais do que o contato entre populações pobres e índios, os freqüentes ataques ao aldeamento motivaram a separação entre os espaços dos nativos e os dos colonizadores.



Entre Atalaia e o rio Jordão foi fundada a nova freguesia. Esta mudança representou um ajuste na política de conquista da região. Estando índios e brancos separados, o aldeamento continuou sendo palco da guerra. Os nativos permaneceram se combatendo. Os colonizadores, recuados, passaram a organizar a vida político-administrativa do povoado. Tendo em vista que o foco das ações das tribos resistentes conservou-se sobre Atalaia, o novo povoado adquiriu, nesse contexto, possibilidade de se resguardar dos confrontos. A freguesia de Guarapuava surgiu, dessa forma, como ecumeno protegido pela trama entre os próprios grupos indígenas.



Exposta a pequenos assaltos, correrias e infortúnios por parte dos nativos, a freguesia não sofreu, no entanto, ataques de grande porte. O aldeamento, por sua vez, graças à condição geográfica e à história de combates, permaneceu sendo centro das disputas entre os índios.

⁴⁹ LIMA, Francisco das Chagas. *Pedido de Restabelecimento de Atalaia*. São Paulo: Daesp, ordem 0897, cx. 192, doc. 29, 1825.

⁵⁰ *Auto de Fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava* (cópia). Rio de Janeiro: IHGB, lata 05, doc. 07, 1819.

⁵¹ Cf. FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Op. cit., p. 193.

⁵² *Idem. Ibidem.*





Na segunda metade da década de 1820, ocorreram variadas tentativas de se acabar com o aldeamento de Atalaia e intermitentes resistências, por parte do pároco, a manter a redução construída em 1812. Segundo o padre Chagas:

Os índios foram aldeados em Atalaia dentro das terras que lhes fora consignadas para sua vivenda como possuidores primários e originários do País. Agora, mesmo depois do abrasamento de Atalaia, não podem ser aldeados em outra parte [...] o mais tudo que se quer idear fora disso não tem fundamento.⁵³

Contrariando ordens do presidente da província, o pároco continuou com sua tutoria sobre os índios, e nos arrabaldes da freguesia foram se instalando remanescentes de Atalaia. Entre 1826 e 1827, Francisco das Chagas aproximou-se dos Dorins, considerados inimigos, até então, dos colonizadores. Pelos dados do Quadro 1 é possível perceber que em 1827 houve aumento do número de batizados. Eram os Dorins que se aproximavam do povoado.⁵⁴

A partir da ocupação de Atalaia pelos Dorins, os Camés e Votorons que viviam no local migraram para outros espaços nos arrabaldes da freguesia. Entre 1825 e 1827, consolidou-se a situação de maior dispersão dos remanescentes do aldeamento.⁵⁵ Em 1828, Francisco das Chagas Lima deixou a freguesia de Guarapuava.

Em seus treze anos de existência, Atalaia foi fundamental para a manutenção da esquadra colonizadora nos campos. O aldeamento possibilitou a mínima aproximação dos nativos aos adventícios, favorecendo, por meio da constante ciranda de índios, o contato dos brancos com diferentes povos indígenas. Com

⁵³ LIMA, Francisco das Chagas. *Pedido de Restabelecimento de Atalaia*. Op. cit., ordem 0897, cx. 192, doc. 29, 1825.

⁵⁴ As disputas, no entanto, não cessaram. Dorins tutelados e Camés e Votorons estabelecidos nos arrabaldes da freguesia continuaram guerreando entre si. ARAÚJO, Elias de. *Relação do Desastroso Sucesso Acontecido na Freguesia de Guarapuava*. São Paulo: Daesp, ordem 0987, cx. 192, doc. 79, 1827.

⁵⁵ O ouvidor da Câmara de Castro entendia que a melhor forma para acabar com as hostilidades dos índios era “permitir que eles vivessem no meio das outras pessoas [...] e estabelecer-se com eles um princípio de comércio, recebendo em troca dos novos gêneros, que podem eles adquirir, como mel, cera e peles de animais, a fim de chegarem a convencer-se da nossa boa-fé”. *Ofício de José Correia Pacheco e Silva ao Visconde de Congonhas do Campo*. São Paulo: Daesp, ordem 0987, cx. 192, doc. 69, 1827.





a destruição do aldeamento, segundo Francisco das Chagas, “Guarapuava mudava de face”.⁵⁶

Os índios deixaram de ser contabilizados a partir de 1827 nos registros de batismos e listas de população.⁵⁷ Argumenta-se que esse desaparecimento deu-se por causa da “diluição” da população nativa entre moradores da freguesia.⁵⁸ Segundo Alcioly Therezinha Grumber de Abreu, em 1856 o núcleo indígena foi definitivamente extinto porque “os poucos aldeados já se haviam integrado à população branca”. As intermitentes revoltas, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, confirmaram, no entanto, que a tênue aproximação dos nativos aos brancos não apaziguou as tensões e disputas.

Sujeito a ataques constantes, Atalaia foi, durante toda sua história, palco de guerra. Os motivos de sua derrocada a partir de 1825 é o aspecto que merece maior atenção. A aliança operada após o ataque dos índios que incendiaram o aldeamento e mataram seus habitantes é dado importante que não pode escapar à análise.

Concentrados em Atalaia, os aldeados tornavam-se inimigos em potencial dos índios dispersos. Destruída a redução, a política de aliança tornou-se mais plástica e garantiu aos colonizadores maior mobilidade nos acordos visando ao aniquilamento ou à sujeição desses diferentes grupos. Se em um primeiro momento o aldeamento foi fundamental para reunião e disciplina dos índios, à medida que se instaurava a supremacia dos brancos, Atalaia tornava-se um lugar de conflito desnecessário.



Dilemas da colonização

A ocupação da região de Guarapuava e o emprego da mão-de-obra indígena só foram possíveis à medida que a esquadra colonizadora conseguiu estabelecer equilíbrio entre os acordos com diferentes populações autóctones. A diluição da redução e a possibilidade de variação do comportamento entre enfrentamentos e alianças (de acordo com a situação) criaram condições para a realização de uma

⁵⁶ LIMA, Francisco das Chagas. *Requerimento ao Presidente da Província de São Paulo*. Op. cit.

⁵⁷ Maria Luiza Marcílio, analisando os dados demográficos para São Paulo do final do século XVIII e início do XIX, constatou que essas listas distinguiam fundamentalmente três grupos étnicos: o branco, o negro e o pardo. Os “índios ou caboclos”, por várias evidências, segundo a autora, eram declarados no grupo dos brancos, ou simplesmente não eram contabilizados. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836*. Tese de livre-docência. São Paulo: FFLCH/História/USP, 1974, p. 201.

⁵⁸ ABREU, Alcioly Therezinha Grumber de. *A Posse e o Uso da Terra. Modernização Agropecuária de Guarapuava*. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1981, p. 44.





política maleável, permitindo avanço da frente colonizadora e enfraquecimento das estratégias indígenas de resistência.

Vale ressaltar os limites e as contradições da documentação sobre o contato entre índios e brancos. O relato de Francisco das Chagas Lima, citado exaustivamente neste artigo,⁵⁹ é importante documento sobre o processo de colonização empreendido nas primeiras décadas do oitocentos na região. O incongruente desencadeamento dos fatos e a mudança de opinião ao longo do texto, com relação aos grupos indígenas, não indicam a veracidade dos acontecimentos – como freqüentemente tem-se apontado⁶⁰ – mas o imenso jogo dos colonizadores na trama de combater, angariar auxílio e subsumir os grupos nativos. Francisco das Chagas Lima narrou, por meio dos interstícios contraditórios de sua escrita, as estratégias da esquadra colonizadora para a ocupação dos campos.

O argumento de que havia populações mais amistosas – lançado pelo padre no início do relato – esvai-se diante do desencadeamento da narrativa. As funções e os sentidos dos diferentes grupos indígenas variaram de acordo com o momento de colonização e os interesses dos próprios colonizadores. Os índios também barganharam nesse quadro de múltiplos arranjos, e por meio da consideração dessas trocas, é possível compreender as aproximações e resistências.

O movimento constante de resistência por parte dos índios é uma constatação irrefutável. Neste texto, procurou-se compreender como os colonizadores apropriaram-se dessa dinâmica de oposição dos nativos em favor de seus interesses.

Certamente os índios aldeados não se tornaram “comunidades campesinas”⁶¹ e também não sofreram apenas uma adaptação ao mundo do aldeamento. Entre conflitos, aproximações e afastamentos, esses povos tornaram-se fundamentais à trama de colonização e comércio que se processou em Guarapuava.

Ocorreu, assim, a permanência da idéia de que existia um aldeamento em Guarapuava, ao mesmo tempo em que a tutela tornava-se cada vez mais

⁵⁹ LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o Descobrimento...* Op. cit.

⁶⁰ Assumem o discurso de Francisco das Chagas como narrativa sobre a colonização dos campos de Guarapuava: ALCIOLY, Therezinha Grumberg de Abreu. *A Posse e o Uso da Terra...* Op. cit.; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Editora dos Professores, 1967. Além das obras pioneiras: FRANCO, Arthur Martins, *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Op. cit. e MACEDO, F. R. Azevedo, *Conquista Pacífica de Guarapuava*. 1ª reimpressão. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

⁶¹ Visão apresentada por HELM, Maria Vieira. *O Índio Assalariado em Londrina*. Curitiba: UFPR, 1879, p. 14.



plástica. Dessa forma, a redução passou a representar um conjunto de pessoas irregularmente dispostas nos arrabaldes da freguesia.

O processo de colonização de Guarapuava indica que os sentidos atribuídos à terra modificaram-se à proporção que se alteraram os regimes produtivos e as rotas comerciais atlânticas e foram influenciados, ao mesmo tempo, pelo aprendizado de práticas de combate e alocação de populações indígenas e divisão das áreas produtivas. Esse conjunto de ações representou um momento embrionário de construção de novas formas de ocupação e exploração dos terrenos e tentativas de organização do trabalho.

No princípio do novecentos, o sertão era última nervura das tensões intermitentes, indicando uma ferida aberta por onde jorrava as contradições entre apropriação colonial e novas condições operacionais testemunhadas a partir da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Naquele ponto de colonização, ressoavam estratégias conjugadas de defesa, abertura de novas áreas e contenção dos povos indígenas. Esses empreendimentos, realizados no início do século XIX, viabilizaram a abertura de faixas de ocupação no centro-sul, possibilitaram expansão do mercado interno e, ao mesmo tempo, fortaleceram elites políticas capazes de orientar os projetos em curso para organização da terra e da mão-de-obra no Brasil.



Fontes

- ARAÚJO, Elias de. *Relação do Desastroso Sucesso Acontecido na Freguesia de Guarapuava*. São Paulo: Daesp, ordem 0987, cx. 192, doc. 79, 1827.
- AUTO de Fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava (cópia). Rio de Janeiro: IHGB, lata 05, doc. 07, 1819.
- CARVALHAES, Jose Antonio Vaz de. *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Província do Paraná*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1857.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o Descobrimento e Colônia de Guarapuava (1827). In: SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Documentação sobre os Povos Indígenas – Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- _____. *Pedido de Restabelecimento de Atalaia*. São Paulo: DAESP, ordem 0897, cx 192, doc 29, 1825.
- LIVRO de Batismo de Pessoas Livres da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Guarapuava: APNSBG. Livro I, 1855.





- PEREIRA, D. Mateus de Abreu. *Carta de Sesmaria pela qual V. Exa. S. A. R. Concede os Terrenos Compreendidos entre os Rios Coutinho e Lageado Grande nos Campos de Guarapuava.* (cópia). Guarapuava: ACMG, coleção SC, 1816.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828).* São Paulo: Hucitec, 2002.
- RENDON, José Arouche de Toledo. *Plano que se Propõem o Melhoramento da Sorte dos Índios, Reduzindo-se a Freguesias as sua Aldeias, e Extinguindo-se Este Nome, e Esta Antiga Separação em que Tem Vivido a Mais de Dois Séculos.* Documentos Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo (DIHCSP). São Paulo: Editora da Unesp, 1990, p. 91-110. 1802.
- SILVA, José Correa Pacheco. *Ofício ao Visconde de Congonhas do Campo.* São Paulo: Daesp, ordem 0987, cx. 192, doc. 69, 1827.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alcioly Therezinha Grumber de. *A Posse e o Uso da Terra. Modernização Agropecuária de Guarapuava.* Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1981, p. 44.
- AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895).* Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/Antropologia/USP, 1998.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma Colônia Entre Dois Impérios.* A abertura dos portos brasileiros 1800-1808. Bauru: EDUSC, 2008.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais.* Cascais: Câmara Municipal, 1998, vol. 3, p. 213-228.
- BECKER, Ítala Irene Basile. O Índio Kaingang do Paraná. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- BRUUN, Geoffrey. *La Europa Del Siglo XIX.* México: FCE, 1988.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Prólogo. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no Século XIX.* São Paulo: Edusp, 1992. Curitiba: Guairá, s.d.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *Construindo o Brasil: Unidade Nacional e Pacto Federativo nos Projetos das Elites (1820-1842).* Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/História/USP, 2000.
- FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava.* Curitiba: Museu Paranaense, 1943.



- FRANCO NETO, Fernando. Senhores e Escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava - 1850/1880. *Analecta*, Guarapuava, vol. 2, nº 1, 2001, p. 155-169.
- HELM, Maria Vieira. *O Índio Assalariado em Londrina*. Curitiba: UFPR, 1879, p. 14.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta. 1500-2000. A experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- _____. Este Livro. In: Jancsó, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 24-25.
- LYNCH, John. As Repúblicas do Prata: da independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 625-692.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836*. Tese de livre-docência. São Paulo: FFLCH/História/USP, 1974, p. 201.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3ª. Ed. Curitiba: Editora Guayra, s.d. p. 15.
- MEDICCI, Ana Paula. *Entre a "Decadência" e o "Florescimento": a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/ História/ USP, 2005.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 7ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1945. 3 vol.
- PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores. *D. João VI. Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos. Os Princípios da Legislação Indigenista no Período Colonial (Séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo, 2002, p. 117.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.
- POMPA, Cristina. *Religião como Tradução. Missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2003.
- PUNTTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SANTOS, Zeloí Martins dos. *Os Campos de Guarapuava na Política Indígena do Estado Provincial do Paraná*. Dissertação de Mestrado Guarapuava/Assis:



UNESP/ Unicentro. Guarapuava/Assis, 1999.

_____ A Política Fundiária e a Atuação do Governo Provincial e dos Grandes Proprietários em Relação às Terras Indígenas e Aldeamentos (Segunda Metade do Século XIX – Província do Paraná). In: *Anais da XX Reunião da SBPH*. Rio de Janeiro: SBPH, 2000, p. 283-290.

SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempo de Crise*: Rio de Janeiro 1808-1824. São Paulo: Hucitec, 2006.

SPOSITO, Fernanda. *Nem Cidadãos, Nem Brasileiros*. Indígenas na formação do Estado Nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/ História/ USP, 2006.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas Batismais e Santos Óleos*: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH, 2005.

TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi*: uma sociedade jê meridional em movimento. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/ Antropologia/ USP, 1995.



Recebido: janeiro/2008 - Aprovado: setembro/2008

